

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referente ao Período Findo em
30 de Junho de 2009 e Parecer
dos Auditores Independentes*


Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.
Itirapina - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., levantados em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2009 e de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valores adicionados correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2009 e de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Campinas, 25 de agosto de 2009 (exceto quanto aos assuntos descritos na Nota Explicativa nº. 2b, cuja data é 13 de outubro de 2009)


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8


Helio Wellichen
Contador
CRC nº. 1 SP 130122/O-0

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa			PASSIVO	Nota explicativa		
		30/06/2009	31/12/2008			30/06/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	15.280	18.977	Fornecedores		4.233	6.304
Contas a receber	(4)	10.455	9.780	Fornecedores - partes relacionadas	(10)	595	2.435
Outras contas a receber		516	1.027	Financiamentos	(9)	262.438	13.787
Despesas antecipadas		13	753	Salários e encargos sociais		1.280	1.326
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5)	1.346	1.346	Impostos e contribuições a recolher	(11)	5.979	5.201
Total do circulante		27.610	31.883	Credores pela concessão	(13)	8.831	8.750
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	930	1.661
Mútuos	(10)	48.761	46.448	Contas a pagar		225	1.612
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5)	1.555	2.215	Provisão para contingências	(12)	615	575
Depósitos judiciais	(12)	160	169	Dividendos Propostos		-	2.343
Imobilizado	(6)	327.779	338.520	Total do circulante		285.126	43.994
Intangível	(7)	23.092	24.215	NÃO CIRCULANTE			
Total do não circulante		401.347	411.567	Exigível a longo prazo:			
				Financiamentos	(9)	5.363	256.464
				Credores pela concessão	(13)	53.424	56.858
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	1.745	1.875
				Outras obrigações		7	7
				Total do não circulante		60.539	315.204
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital subscrito		104.798	104.798
				Capital social a integralizar		(47.220)	(47.220)
				Capital social integralizado		57.578	57.578
				Reserva de lucros		25.714	26.674
				Total do patrimônio líquido		83.292	84.252
TOTAL		<u>428.957</u>	<u>443.450</u>	TOTAL		<u>428.957</u>	<u>443.450</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES

FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008

(Expressas em milhares de reais - Exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>30/06/2008</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio		93.716	81.677
Receitas acessórias		1.032	985
		<u>94.748</u>	<u>82.662</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições		(8.240)	(7.191)
		<u>86.508</u>	<u>75.471</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(39.442)	(37.256)
		<u>47.066</u>	<u>38.215</u>
LUCRO BRUTO			
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(4.160)	(3.366)
Despesas tributárias		-	(9)
		<u>42.906</u>	<u>34.840</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	(15)	3.263	493
Despesas financeiras	(15)	(18.858)	(9.956)
		<u>(15.595)</u>	<u>(9.463)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>27.311</u>	<u>25.377</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(17)	(8.598)	(6.547)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(17)	201	(1.151)
		<u>18.914</u>	<u>17.679</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE			
		<u>0,35</u>	<u>0,33</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(Expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		104.798	(47.220)	57.578	7.458	-	137.890	202.926
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	17.679	17.679
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(3.215)	(3.215)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008		<u>104.798</u>	<u>(47.220)</u>	<u>57.578</u>	<u>7.458</u>	<u>-</u>	<u>152.354</u>	<u>217.390</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		104.798	(47.220)	57.578	9.446	17.228	-	84.252
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	18.914	18.914
Destinações do lucro líquido:								
Dividendos distribuídos	(14)	-	-	-	-	(17.228)	-	(17.228)
Juros sobre capital próprio	(14)	-	-	-	-	-	(2.646)	(2.646)
Lucros retidos		-	-	-	-	16.268	(16.268)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009		<u>104.798</u>	<u>(47.220)</u>	<u>57.578</u>	<u>9.446</u>	<u>16.268</u>	<u>-</u>	<u>83.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES

FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008

(Expressas em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre		18.914	17.679
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		21.682	20.032
Amortização de ágio em investimento		579	947
Baixa de ativos imobilizado		107	3
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(17)	(201)	1.152
Juros sobre financiamentos		15.141	3.247
Juros sobre mútuo com partes relacionadas		-	1.315
Rendimento sobre mútuo com partes relacionadas		(2.313)	-
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão		801	4.486
Aumento (redução) das provisões para contingências		112	(74)
Apropriação das despesas antecipadas		740	897
Variação da outorga variável		2.842	2.480
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(675)	(920)
Outras contas a receber		511	303
Depósitos judiciais		9	(73)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		656	929
Partes relacionadas		(1.327)	-
Salários e encargos sociais		(46)	-
Impostos e contribuições a recolher		778	(411)
Contas a pagar		(1.387)	(534)
Provisões para contingências		(72)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>56.851</u>	<u>51.458</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado		(13.683)	(29.758)
Aquisição de ativo intangível		(61)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		<u>(13.744)</u>	<u>(29.758)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS			
Financiamentos:			
Captações		-	3.847
Pagamentos		(17.591)	(13.985)
Mútuos:			
Captações		-	2.000
Pagamentos		-	(2.397)
Pagamento dos credores pela concessão	(13)	(6.996)	(6.178)
Pagamentos de dividendos		(19.571)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio		(2.646)	(483)
Conta reserva		-	233
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(46.804)</u>	<u>(16.963)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(3.697)</u>	<u>4.737</u>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Saldo inicial		<u>18.977</u>	<u>6.045</u>
Disponibilidades no fim do semestre		<u><u>15.280</u></u>	<u><u>10.782</u></u>
Divulgação complementar de informações sobre fluxos de caixa:			
Caixa pago durante o semestre referente a:			
Juros pagos		(18.434)	3.174
Imposto de renda e contribuição social		(6.820)	7.289
Compra de ativo imobilizado registrado em fornecedores		3.240	5.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008

(Expressas em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Receitas de pedágio	93.716	81.677
Receitas acessórias	1.032	985
	<u>94.748</u>	<u>82.662</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos serviços prestados	(13.940)	(10.569)
Custo da concessão	(4.569)	(6.966)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(909)	(1.955)
	<u>(19.418)</u>	<u>(19.490)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>75.330</u>	<u>63.172</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(22.261)	(20.979)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>53.069</u>	<u>42.193</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	3.263	493
	<u>3.263</u>	<u>493</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>56.332</u>	<u>42.686</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	2.564	2.612
Benefícios	963	1.185
FGTS	205	259
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	12.291	11.721
Estaduais	197	113
Municipais	4.729	4.127
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	15.942	4.532
Aluguéis	527	457
Remuneração de capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio	2.646	3.215
Lucros retidos	16.268	14.464
	<u>56.332</u>	<u>42.686</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Expressas em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade foi constituída em 27 de maio de 1998 e iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual n°. 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo n°. 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passa a ser até 19 de junho de 2019.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e 235 + 040.

A Sociedade tem com o Poder Concedente o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato segundo cláusulas contratuais específicas na legislação.

Em 30 de junho de 2009, os investimentos para atender os compromissos dos próximos cinco anos, estão estimados em R\$ 99 mil (R\$ 99 mil em 31 de dezembro de 2008), valores não auditados.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e alteração na legislação societária

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em razão das alterações na Lei 6.404/76, no que se refere ao Capítulo XV - Exercício Social e Demonstrações Financeiras, introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, as práticas contábeis adotadas no Brasil passaram por diversas modificações durante o ano de 2008, documentadas sob a forma de pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Tais modificações ocorreram durante exercício e não foram aplicadas de modo uniforme durante 2008.

Os principais efeitos contemplados nas Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2009 decorrentes destas modificações são os seguintes:

- Eliminação do resultado não operacional - Lei 11.941/09

As demonstrações do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins comparativos, foram ajustadas para refletir as práticas contábeis adotadas no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2009, conforme determina a NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e de acordo com o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Adicionalmente, foi preparada a demonstração do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2008.

A reclassificação na demonstração do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2008, decorrente da eliminação do resultado não operacional, é referente à alocação contemplada entre grupo de contas e não geram efeito no resultado.

b) Aperfeiçoamento de notas explicativas

As demonstrações financeiras foram originalmente emitidas em 25 de agosto de 2009. Após a emissão, a Administração da Sociedade incluiu referidas demonstrações financeiras em processo de pedido de registro de abertura de capital e em função da análise desses pedidos, a CVM emitiu o Ofício CVM/SEP/GEA-2/nº 304/09 solicitando o aperfeiçoamento das informações constantes das notas explicativas relacionadas a seguir:

- Nota explicativa nº. 10 - Partes relacionadas: divulgação dos relacionamentos existentes com as partes relacionadas, mesmo se não houver ocorrido transações. Adicionalmente deverão ser apresentados maiores esclarecimentos a respeito dos contratos de mútuo financeiro realizado entre essa Sociedade, sua controladora e partes relacionadas.

Aprimorar a nota explicativa incluindo a divulgação detalhada da remuneração do pessoal chave da administração.

- Notas explicativas nº. 2.5 e 13 - Credores pela concessão: aprimoramento da divulgação das informações relacionadas ao ajuste a valor presente, conforme requerido no item 33 do CPC 12 - Ajuste a valor presente. Adicionalmente, deverão ser explicitadas as premissas utilizadas pela administração para determinação da taxa de desconto de 5% a.a..
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido: esclarecer o motivo do não atendimento ao disposto no item 43 do Pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08 (convertida na Lei 11.941/08), pois destinou os "Lucros acumulados" para a reserva de "Lucros a serem destinados", não cumprindo com a finalidade do item em comento.

c) As principais práticas contábeis adotadas pela sociedade são:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Essa rubrica é composta pelos montantes de caixa e de aplicações financeiras de liquidez imediata (prazo original inferior a 90 dias). As aplicações financeiras representam títulos e valores mobiliários registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.2. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações, estabelecidas segundo as taxas divulgadas na nota explicativa nº. 6, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos quando necessário.

2.3. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição (incorporação), amortizado de acordo com a taxa divulgada na nota explicativa nº. 7 e, quando aplicável, ajustado a valor presente e quando necessário reduzido ao valor de recuperação.

O ágio mencionado na nota explicativa nº. 7 reflete a alteração prevista na lei 11.638 e Pronunciamento Técnico CPC 04 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2008. Referida Lei introduz orientação para cessar a amortização do ágio gerado através da expectativa de rentabilidade futura e avaliar por “Imparment”, ou quando da sua vida definida amortizar até o final. A administração da Sociedade caracterizou o ágio com vida útil definida, pois, a concessão foi efetuada com prazo finito, dessa forma a partir de janeiro de 2009 a Sociedade alterou o prazo de amortização iniciada em julho de 2006, a qual era prevista inicialmente para cinco anos, para treze anos, prazo esse que é o remanescente da concessão, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.

2.4. Financiamentos

São contabilizados ao valor original acrescidos da atualização monetária e dos juros e deduzidos dos encargos antecipados (comissões bancárias e IOF - impostos sobre operações financeiras), que são apropriados no resultado pelo período de vigência do financiamento.

2.5. Credores pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas contabilizadas pelo valor original e ajustado a valor presente, acrescido da atualização monetária e juros incorridos até a data dos balanços. O montante está ajustado a valor presente, a partir do início do contrato de concessão à taxa de 5% a.a., a qual foi definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi a rubrica de Direito de outorga da concessão, classificada no ativo intangível. O saldo de credores pela concessão a valor presente é corrigido, mensalmente com base na variação do IGP-M, tendo como contrapartida o resultado financeiro.

2.6. Receita de pedágio

É reconhecida pelo regime de competência, ou seja, quando da utilização das rodovias pelos usuários.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão sendo apurados e registrados com base no resultado, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado trimestralmente à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real trimestral excedente a R\$ 60. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre diferenças temporárias existentes entre a apuração de resultados societários e fiscais, prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

2.8. Lucro líquido por ação

É calculado com base no número de ações integralizadas até a data dos balanços.

2.9. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Sociedade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos e despesas registradas, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de provisões para contingências fiscais e trabalhistas, e depreciação.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Caixa e bancos	994	2.019
Aplicações financeiras	<u>14.286</u>	<u>16.958</u>
Total caixa e equivalente de caixa	<u>15.280</u>	<u>18.977</u>

Os saldos de aplicações financeiras no ativo circulante são de disponibilidades imediatas e são remuneradas por índices que variam de 100,5% a 102% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

Os saldos em 30 de junho de 2009 e de 31 de dezembro 2008 estavam representados por:

	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.680	9.167
Cartões de pedágio a receber	276	281
Outros	<u>499</u>	<u>332</u>
Total	<u>10.455</u>	<u>9.780</u>

Os valores a receber vencem em até 30 dias e não há créditos em atraso.

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2009 e de 31 de dezembro 2008 o imposto de renda e a contribuição social diferidos estão representados por:

<u>Bases do ativo</u>	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo:		
Provisão para contingências	615	575
Impostos de renda e contribuição social diferido sobre o ágio (1)	<u>7.919</u>	<u>9.899</u>
	8.534	10.474
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo	<u>2.901</u>	<u>3.561</u>
Ativo circulante	1.346	1.346
Ativo não circulante	<u>1.555</u>	<u>2.215</u>
	<u>2.901</u>	<u>3.561</u>
<u>Bases do passivo</u>	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Impostos de renda e contribuição social diferido:		
Sobre o ajuste ao valor presente (2)	4.970	6.171
Sobre encargos financeiros antecipados (3)	-	-
Sobre amortização do ágio na cisão (4)	<u>720</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	8.867	10.401
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo	<u>2.675</u>	<u>3.536</u>
Passivo circulante	930	1.661
Passivo não circulante	<u>1.745</u>	<u>1.875</u>
	<u>2.675</u>	<u>3.536</u>

- 1) Refere-se a crédito do imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data base da cisão da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da parte cindida da controladora, a Sociedade registrou esse crédito e, atendendo a legislação fiscal, vem amortizando-o à razão de 20% ao ano.
- 2) O montante de R\$ 4.970 (R\$ 6.171 em 31 de dezembro de 2008), foi gerado através do ajuste ao valor presente na rubrica de “credores pela concessão”, conforme notas explicativas nºs. 7 e 13.
- 3) O saldo refere-se às deduções dos empréstimos, comissões e o IOF retidos na liberação das cédulas de créditos bancários (CCB’s) registrados como pagamento antecipado e deduzidos do saldo de empréstimos, conforme demonstrado nota explicativa nº. 9. Essas despesas antecipadas serão amortizadas mensalmente no mesmo período de liquidação do empréstimo e, conforme prerrogativa prevista na Lei 11.941/09 foi considerada como despesa dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social e esta sendo controlada como uma diferença temporária através do LALUR.

- 4) Imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias da amortização do ágio pelo tempo da exploração na concessão pela Sociedade, em virtude da Lei 11.638 e Pronunciamento Técnico CPC 4, mencionado na nota explicativa nº. 2.3.

6. IMOBILIZADO

Os saldos em 30 de junho de 2009 e de 31 de dezembro 2008 estavam representados por:

	Taxas, ponderadas de depreciação - %	30/06/2009		31/12/08
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em operação:				
Imobilizado em rodovia-obras e serviços	7,69	379.651	(106.761)	272.890
Pavimento e recapeamentos	16,67	104.067	(69.686)	34.381
Equipamento mobiliário	16,64	4.097	(2.081)	2.016
Instalações	19,57	19.116	(16.401)	2.715
Desapropriações	7,9	5.942	(1.490)	4.452
Conjunto de defensas	16,67	25.398	(16.096)	9.302
Outras imobilizações	20,78	2.718	(2.382)	336
Em andamento:				
Imobilizações em andamento		<u>1.687</u>	-	<u>1.687</u>
Total do Imobilizado		<u>542.676</u>	<u>(214.897)</u>	<u>327.779</u>
				<u>338.520</u>

As adições ao ativo imobilizado, ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas (amortizadas) com base no período restante de concessão.

7. INTANGÍVEL

	Taxas, ponderadas de amortização %	30/06/2009		31/12/08
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ágio (a)	4,43	9.474	(4.964)	4.510
Software	20	359	(141)	218
Direito de exploração (b)	4,76	<u>40.280</u>	<u>(21.916)</u>	<u>18.364</u>
		<u>50.113</u>	<u>(27.021)</u>	<u>23.092</u>
				<u>24.215</u>

- (a) Ágio proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Esse ágio foi gerado com base na expectativa de rentabilidade futura do investimento e vem sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão, conforme mencionado na nota explicativa de nº. 2.3.

- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1. Este valor foi ajustado a valor presente e está sendo amortizado no período restante de concessão.

8. SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2009, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos de engenharia	18.120
	Riscos patrimoniais e perdas de receitas	163.450
	Responsabilidade civil - geral	7.400
Seguro Garantia:	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	37.540
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	45.330
	Garantia de pagamento mensal (ônus fixo)	12.463

9. FINANCIAMENTOS

Os saldos em 30 de junho de 2009 e de 31 de dezembro de 2008 estavam representados por:

<u>Instituições Credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>30/06/09</u>	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
BNDES - "Automático Unibanco"	TJLP + 3,30% a.a.	Outubro/2012	830	1.957
BNDES - "Automático Itaú"	TJLP + 3,95% a.a.	Junho/2012	1.674	3.406
Bradesco S.A. - "CCB"	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro/2010	94.360	-
Santander S.A. - "CCB"	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro/2010	94.360	-
Banco do Brasil - "CCB"	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro/2010	<u>73.391</u>	<u>-</u>
Sub total			264.615	5.363
Despesas antecipadas			<u>(2.177)</u>	<u>-</u>
Total			<u>262.438</u>	<u>5.363</u>

<u>Instituições Credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>31/12/08</u>	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
BNDES - "Automático Unibanco"	TJLP + 3,30% a.a.	Outubro/2012	835	2.366
BNDES - "Automático Itaú"	TJLP + 3,95% a.a.	Junho/2012	1.664	4.234
Bradesco S.A. - "CCB"	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro/2010	5.538	90.000
Santander S.A. - "CCB"	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro/2010	5.538	90.000
Banco do Brasil - "CCB"	CDI + 1,037% a.a.	Janeiro/2010	<u>4.305</u>	<u>70.000</u>
Sub total			17.880	256.600
Despesas antecipadas			<u>(4.093)</u>	<u>(136)</u>
Total			<u>13.787</u>	<u>256.464</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

CCB - Cédulas de crédito bancário.

A Sociedade está em negociação com os bancos credores das principais dívidas a vencer em 2010, visando à adequação dos prazos respectivos aos investimentos que tais recursos financiaram, de modo a equalizar o vencimento de tais compromissos com os fluxos futuros de ingressos decorrentes das operações.

Em 30 de junho de 2009 as parcelas relativas ao principal dos financiamentos a longo prazo, apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2009</u>
2010	1.271
2011	2.542
2012	<u>1.550</u>
Totais	<u>5.363</u>

Vinculados à obtenção das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) junto ao Banco Santander, Banco Bradesco e Banco do Brasil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade e sua acionista Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil S.A.), assumiram, entre outros, os compromissos de caráter financeiro e econômico constantes no contrato de cessão fiduciária de direitos e contrato de penhor de ações, descritos abaixo:

Da Sociedade:

- Cessão fiduciária das parcelas que couberem à sociedade dos direitos emergentes do contrato de concessão e dos direitos de crédito decorrentes da cobrança de pedágio;
- Interveniência e anuência da ARTESP no caso de alterações contratuais;
- Defender-se, como também defender os direitos dos credores, de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar o contrato de cessão fiduciária de direitos e o contrato de concessão rodoviária;
- Manter em dia o cumprimento de suas obrigações previstas no contrato de concessão Rodoviária, e não praticar, sem expressa anuência dos credores, qualquer ato que resulte na renúncia de direitos da prestadora da garantia ou na exoneração da ARTESP de qualquer das suas obrigações;
- Não ceder, transferir, alienar, gravar, vincular, a qualquer título, nem de qualquer forma atribuir a terceiros qualquer prerrogativa sobre os direitos cedidos fiduciariamente, nem sobre quaisquer créditos, presentes ou futuros, que individualmente o compõem;
- Notificar os credores de qualquer modificação na concessão que possa ser considerada substancial para as cédulas e contrato de cessão fiduciária de direitos bem como comunicá-los sobre qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a garantia ora prestada neste instrumento;
- Manutenção dos ativos fixos com cobertura de seguros nos termos da regulamentação da ARTESP;
- Limitação sobre fusões e aquisições e reorganizações societárias, salvo se o resultado dessas operações não afetar a capacidade de pagamento das obrigações oriundas do financiamento;
- Limitação sobre venda de ativos de valor superior a R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais);

- Manutenção de controle direto ou indireto pela OHL Brasil S.A.;
- Manter a razão entre a dívida líquida e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 3 (três) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento;
- Manter o índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3.

Da acionista:

- Manter penhor da totalidade das ações emitidas pela Centrovias S.A. e as ações que, porventura, forem atribuídas durante a vigência do contrato; e
- Complementar o saldo devedor caso o penhor de ações não seja suficiente para liquidar as obrigações garantidas.

10. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são basicamente mercantis e, relacionadas a contrato de serviços de construção, execução de obras, alugueis e mútuo para capital de giro.

As transações realizadas nos períodos findos em 30 de junho de 2009, 30 de junho de 2008 e saldos em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

		<u>30.06.2009</u>			<u>30.06.2009</u>	
		Serviços prestados			Saldo de	Mútuo
		em conservação	Execução	Despesa		
		<u>de rotina</u>	<u>de obras</u>	<u>financeira</u>		
<u>Partes relacionadas:</u>						
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	(3)	-	1.050	-	168	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(3)	471	1.719	-	419	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	(3)	-	378	-	9	-
<u>Controladora:</u>						
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	(1)	-	-	2.720	-	48.761
Total		<u>471</u>	<u>3.147</u>	<u>2.720</u>	<u>595</u>	<u>48.761</u>
		<u>30.06.2008</u>			<u>31.12.2008</u>	
		Serviços prestados			Saldo de	Mútuo
		em conservação	Execução	Despesa		
		<u>de rotina</u>	<u>de obras</u>	<u>financeira</u>		
<u>Partes relacionadas:</u>						
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	(3)	-	686	-	2.051	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(3)	720	1.872	-	-	-
SPR - Sociedade de Participações em Rodovias	(2)	-	-	38	-	-
<u>Controladora:</u>						
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	(1)	-	-	1.277	-	46.448
Total		<u>720</u>	<u>2.558</u>	<u>1.315</u>	<u>2.051</u>	<u>46.448</u>

- (1) Esse empréstimo concedido à controladora teve como finalidade suprir a necessidade de capital de giro da controladora OHL Brasil S/A. Esse montante foi liberado através de quatro contratos conforme informações abaixo:

<u>Data da liberação</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor em 30/06/09</u>	<u>Saldo devedor em 31/12/08</u>
22/08/2008	CDI + 1,037% a.a.	20.000	21.911	20.872
18/09/2008	CDI + 1,037% a.a.	15.000	16.294	15.521
04/12/2008	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.118	2.018
17/12/2008	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>8.438</u>	<u>8.037</u>
Total		<u>45.000</u>	<u>48.761</u>	<u>46.448</u>

- (2) Os contratos não prevêem data de vencimento desses mútuos. Até o momento não houve recebimento de juros e/ou principal, de modo que o montante contabilizado à rubrica de empréstimos a partes relacionadas representa o principal acrescido dos juros incorridos até a data-base.
- (3) Essa despesa financeira incidiu sobre uma operação de mútuo efetuada em 30 de janeiro de 2007 no montante de R\$ 3.400, liquidado em 6 de março de 2008, com a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da parte relacionada. Sobre ela foram calculados juros na base de 100% a 101,5% do CDI.
- (4) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativo às operações mercantis e referem-se aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos períodos findos em 30 de junho de 2009 e de 2008 a Sociedade pagou o montante de R\$ 261 e R\$ 226 respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos em 30 de junho de 2009 e de 31 de dezembro 2008 estavam representados por:

	<u>30/06/09</u>	<u>31/12/08</u>
Imposto de renda	3.116	2.230
Contribuição social	1.255	1.038
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	37	35
PIS - Programação integração social	107	111
COFINS - Contribuição para financiamento de seguridade social	493	512
Outros tributos federais	106	464
Outros tributos municipais	<u>865</u>	<u>811</u>
Total	<u>5.979</u>	<u>5.201</u>

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Referem-se a reclamações trabalhistas e cíveis para as quais, baseada na opinião dos consultores jurídicos da concessionária, foi constituída provisão para contingências em montante considerado necessário para cobrir perdas que possam advir do desfecho dos processos.

Os depósitos judiciais referentes a processos cujos valores envolvidos compõem a provisão para contingências foram deduzidos do saldo da respectiva provisão. Os depósitos judiciais relativos a processos cuja perda é considerada possível ou remota pelos assessores jurídicos da Sociedade foram mantidos no ativo não circulante, no realizável a longo prazo, no montante de R\$ 160 (R\$ 169 em 2008).

A movimentação do saldo de provisões para o período findo em 30 de junho de 2009 é conforme segue:

	<u>31/12/2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30/06/2009</u>
Cíveis	399	37	(40)	(56)	340
Trabalhistas	<u>176</u>	<u>143</u>	<u>(28)</u>	<u>(16)</u>	<u>275</u>
Sub total	575	180	(68)	(72)	615
Depósitos judiciais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>575</u>	<u>180</u>	<u>(68)</u>	<u>(72)</u>	<u>615</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis, fiscais e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos representam aproximadamente R\$ 1.358, R\$ 334 e R\$ 1.214 respectivamente em 30 de junho de 2009.

13. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem (DER-SP) pela outorga da concessão.

Os saldos em 30 de junho de 2009 e de 31 de dezembro 2008 estavam representados por:

	<u>30/06/09</u>		<u>31/12/08</u>	
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Direito de outorga (1)	8.345	53.424	8.244	56.858
Parcela variável - 3% da receita bruta (2)	<u>486</u>	<u>-</u>	<u>506</u>	<u>-</u>
Total	<u>8.831</u>	<u>53.424</u>	<u>8.750</u>	<u>56.858</u>

(1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor fixo, reajustado a valor presente, conforme segue:

Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação, ajustado a valor presente à taxa de 5% a.a., conforme mencionado na nota explicativa nº. 2.5, foi determinado conforme segue:

- Provisão de R\$ 8.345, (valor nominal R\$ 8.568) em 30 de junho de 2009 e R\$ 8.244, (valor nominal R\$ 8.466) em 31 de dezembro de 2008 apurada com base no valor das parcelas a vencer no período de julho de 2009 a junho de 2010. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio;
 - A provisão correspondente às demais parcelas, no montante de R\$ 53.424, (valor nominal R\$ 67.762) em 30 de junho de 2009 e R\$ 56.858, (valor nominal R\$ 72.944) em 31 de dezembro de 2008, foi atualizada, com base na variação do IGP-M, desde o último reajuste de pedágio até 30 de junho de 2009;
 - Os valores a pagar serão liquidados em 107 parcelas mensais, sendo o montante correspondente a 95 parcelas classificado no exigível a longo prazo.
- (2) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer dos períodos findos em 30 de junho de 2009 e exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram pagos ao poder concedente, os montantes de: R\$ 6.996 (R\$ 4.134 referente ao direito de outorga fixo e R\$ 2.862 variável); e R\$ 13.329 (R\$ 7.839 referente ao direito de outorga fixo e R\$ 4.578 variável), respectivamente.

14. CAPITAL

O capital social subscrito em 30 de junho de 2009 e de 31 de dezembro de 2008 está representado respectivamente por 101.483.834 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	<u>Participação acionária</u>	<u>Número de ações subscritas</u>	<u>Quantidade das ações integralizadas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	<u>100%</u>	<u>101.483.834</u>	<u>54.263.689</u>
Total	<u>100%</u>	<u>101.483.834</u>	<u>54.263.689</u>

- a) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da parcela constituída como reserva legal.

Foram distribuídos no período findo em 30 de junho de 2009, dividendos no montante de R\$ 17.228 creditados à conta de reserva de lucros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

No período findo em 30 de junho de 2009, a sociedade ainda distribuiu o montante de R\$ 2.249, sob a forma de juros sobre o capital próprio, líquido de R\$ 397, referente ao imposto de renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%.

- b) Reserva legal: É constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

- c) Retenção de lucros: O saldo remanescente da conta de lucros acumulados após a distribuição dos dividendos pagos, propostos e dos juros sobre o capital próprio, foi alocado à reserva de retenção de lucros, para fazer face ao reforço do capital de giro e ao orçamento de capital da Sociedade.

15. RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos em 30 de junho de 2009 e de 2008 estavam representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	521	489
Rendimentos sobre mútuos	2.313	-
Outros	<u>429</u>	<u>4</u>
Total	3.263	493
Despesas financeiras:		
Juros sobre operações financeiras	(15.141)	(4.532)
Variação monetária sobre o direito da outorga	(801)	(4.486)
IOF - Impostos sobre operações financeiras	(1.592)	(288)
Outros	<u>(1.324)</u>	<u>(650)</u>
Total	(18.858)	(9.956)
Resultado Financeiro	<u>(15.595)</u>	<u>(9.463)</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro 2008, a Sociedade possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos balanços patrimoniais findos naquelas datas aproximam-se ao valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e juros atualizados até a data dos balanços.

17. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social - Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como seguem:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	27.311	25.377
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda calculado à alíquota vigente	(9.286)	(8.628)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ágio amortizado	(673)	(673)
Imposto de renda e contribuição social sobre juros sobre capital próprio	899	1.093
Imposto de renda e contribuição social sobre amortização do ágio	125	-
Outros	<u>658</u>	<u>510</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(8.397)</u>	<u>(7.698)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	(8.598)	(6.547)
Diferido	<u>201</u>	<u>(1.151)</u>
Total	<u>(8.397)</u>	<u>(7.698)</u>